

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

DEPRE 5.2 - Serviço de Gestões das Dívidas, Conciliações e Rateios dos Depósitos - Letras I a P

Endereço: Rua dos Sorocabanos, 680

Ipiranga - CEP 04202-001 - São Paulo - SP

Fone: (11) 2272-6347 - E-mail: depre5.2@tjsp.jus.br

OFÍCIO Nº 021256/2021

Processo DEPRE nº: **9000166-09.2015.8.26.0500/03**
Ent. Devedora: **PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIÚNA**
Assunto: **Sanções Art. 104 do ADCT**

São Paulo, 26 de março de 2021.

Senhora Conselheira Presidente

Em razão do despacho que proferi no processo em epígrafe, transmito a Vossa Excelência a inclusa documentação para as providências cabíveis.

Aproveito a oportunidade para transmitir protestos de elevada estima e distinta consideração.

WANDERLEY FEDERIGHI

Desembargador Coordenador da

Diretoria de Execuções de Precatórios e Cálculos
DEPRE

A Sua Excelência a Senhora

Dra. CRISTIANA DE CASTRO MORAES

Conselheira Presidente do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

São Paulo - SP

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DEPRE 5.2 - Serviço de Gestões das Dívidas, Conciliações e Rateios dos Depósitos - Letras I a P

Endereço: Rua dos Sorocabanos, 680

Ipiranga - CEP 04202-001 - São Paulo - SP

Fone: (11) 2272-6347 - E-mail: depre5.2@tjsp.jus.br

DECISÃO

Processo DEPRE nº: **9000166-09.2015.8.26.0500/03**
Ent. Devedora: **PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIÚNA**
Assunto: **Sanções Art. 104 do ADCT**

CONCLUSÃO

Em 26 de março de 2021, faço estes autos conclusos ao Exmo. Sr. Desembargador Dr. WANDERLEY FEDERIGHI, Coordenador da Diretoria de Execuções de Precatórios e Cálculos.

NILSON ALVES DE ALMEIDA

Diretor
DEPRE

Visto.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIÚNA, instada a providenciar o depósito referente à insuficiência do período de junho a dezembro de 2020, no valor de **R\$271.686,12** (pág. 441), ficou-se inerte, conforme certidão de pag. 445, de forma que se encontra em mora frente às regras e aos padrões previstos na EC 99/2017, e a ausência de tempestiva liberação dos recursos de que trata o art. 104 do ADCT, exige a imposição das sanções previstas nos incisos I, II, III, IV e parágrafo único, deste mesmo dispositivo.

Para tanto:

(a). – Encaminhe-se à E. Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, para que seja instaurado, de ofício, procedimento tendente a sequestrar da PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIÚNA o valor de **R\$271.686,12**, que deverá ser depositado junto ao Banco do Brasil, **100% na conta “Ordem Cronológica” (nº 0.200.131.177.604)**;

(b). – Oficie-se ao Ministério Público para eventual abertura de procedimento civil, tendente a apurar desvio de probidade, na forma do Inciso II, do art. 104 do ADCT;

(c). – Oficie-se à Secretaria do Tesouro Nacional, para que seja obtida autorização para empréstimo externo ou interno, bem como para impedir transferências voluntárias, nos termos do parágrafo único do art. 104 do ADCT. No mesmo ofício deverá ser requisitado à União que retenha os repasses relativos ao Fundo de Participação dos Municípios, providenciando o depósito do montante na conta judicial do Banco do Brasil, **100% na conta “Ordem Cronológica” (nº 0.200.131.177.604)**;

(d). – Oficie-se ao Tribunal de Contas para as providências cabíveis;

(e). – Oficie-se à PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIÚNA para conhecimento e providências cabíveis;

(f). – Faça constar do Cadastro de inadimplentes do CNJ, na forma da Resolução CNJ 303, o nome da PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIÚNA.

São Paulo, 26 de março de 2021.

WANDERLEY FEDERIGHI

Desembargador Coordenador da
Diretoria de Execuções de Precatórios e Cálculos
DEPRE

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA